PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR – BAHIA

MENSAGEM Nº 11/2026
Salvador, 28 de setembro de 2026.

À Sua Excelência o Senhor
Vereador **CARLOS DA SILVA MUNIZ**
Presidente da Câmara Municipal de Salvador
Nesta

Senhor Presidente,

É com satisfação que encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa Colenda Câmara Municipal, o anexo Projeto de Lei de Orçamento Anual, que estima receita e fixa despesa para o Município de Salvador, no exercício financeiro de 2027, nos termos que dispõe o inciso III, §6º do art. 163 da Lei Orgânica do Município.

Sustentado nos princípios da legalidade, transparência, responsabilidade fiscal e comprometido com a melhoria da qualidade de vida dos soteropolitanos, o Projeto de Lei Orçamentária- PLOA/2027, reúne as propostas dos Poderes Legislativo e Executivo Municipal que se encontram estruturadas nos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento, alcançando todas as Secretarias, Órgãos, Fundos, Empresas Públicas e Entidades da Administração Indireta, preservando, na sua concepção, a compatibilidade com o Plano Plurianual 2026-2029; as orientações estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Nº 10.002/2026, bem como na observância direta às demais disposições que regem a matéria, a exemplo daquelas constantes na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e nas Instruções Normativas vigentes da Secretaria do Tesouro Nacional/STN e do Tribunal de Contas dos Municípios – TCM/BA.

Não obstante o regramento legal estabelecido para estruturação da Peça Orçamentária, as proposições de receita e despesa, bem como do Programa de Trabalho de Governo, têm como referência ainda a contextualização dos cenários sociopolítico e econômico vigentes, não apenas na esfera municipal, como nas demais esferas federativas, haja vista ser inquestionável o efeito dominó dos rebatimentos de questões externas acarretadas aos municípios, impondo ao gestor municipal habilidade para administrar a equação orçamentária com equilíbrio, mantendo conduta responsável alinhada inclusive, aos compromissos de sustentabilidade da assistência socioambiental e de aceleração do crescimento e desenvolvimento do Município.

MENSAGEM Nº 11/2026

Vale ressaltar que atrelada ao cenário nacional, a construção desta Peça, observa que o crescimento da economia brasileira indica uma trajetória de expansão moderada, sugerindo cautela nas especulações e expectativas quanto à aceleração e à expansão econômica, haja vista que a avaliação sob a égide do termômetro de mercado, sinaliza um ritmo de crescimento inferior ao que foi atingido no ano passado (2,3%), agravado por uma inflação acima da média e uma taxa de juros elevada, tendendo a uma política de expansão contracionista. Confirmando esse quadro, os indicadores econômicos apurados recentemente no Relatório FOCUS/BACEN, de 11 de setembro de 2026, apontam para 2026 uma previsão de PIB no patamar de 1,89%; com IPCA de 4,90% e uma Selic de 13,75%.

Agregue-se a esse cenário de incerteza vivenciado em âmbito interno, o prolongamento dos conflitos geopolíticos do Leste Europeu e do Oriente Médio, que vêm acarretando efeitos danosos à economia mundial com impactos severos em toda federação brasileira, tendo em vista a forte parceria comercial que se estabelece com aqueles países, no que diz respeito à dependência de *commodities*, afetando o crescimento da produção interna e por certo, implicando fragilidade fiscal. Essa questão impacta diretamente a performance de diversas receitas, inclusive as de transferências aos municípios, inibindo cada vez mais o fôlego de uma gestão focada no crescimento e desenvolvimento municipal.

Na contramão de questões dessa natureza, o gestor público depara-se com a imperatividade de providências e soluções urgentes para problemas recorrentes de ordem demográfica, social, econômica, urbana e de infraestrutura, peculiares a grandes cidades com as características de nossa capital, tendo ainda que administrar a situação preservando o equilíbrio fiscal em níveis crescentes e satisfatórios.

A essas dificuldades, soma-se a questão de engessamento dos recursos disponíveis para administrar e gerenciar os compromissos do programa de governo, considerando que o elevado grau de vinculação das receitas com imposições constitucionais e legais, além das despesas obrigatórias, compulsoriamente definidas, tais como pessoal e obrigações com a dívida pública, que restringem, sobremaneira, a margem discricionária do gestor. Como consequência dessas imposições, a Proposta Orçamentária 2027, alcança o elevado percentual de 74% de comprometimento em vinculações obrigatórias.

Neste cenário, governar Salvador tem sido um grande desafio. E só vem sendo possível porque a gestão, nesta última década, incorporou o planejamento e a disciplina dos gastos públicos como pilares básicos de governo e o compartilhamento de recursos como estratégia para viabilizar a alocação de gastos, priorizando, em última análise, a arte de trabalhar melhor, fazendo mais com menos e preservando o interesse da sociedade no emprego correto e adequado dos recursos públicos.

Nesta perspectiva e considerando esse conjunto de variáveis, buscou-se trabalhar a proposta orçamentária de 2027, absorvendo o critério cauteloso que sugere o quadro atual vivenciado, sem ignorar as tendências e potencialidades

necessárias ao impulsionamento do crescimento econômico amparado na retaguarda da sustentabilidade fiscal. À luz dessa conduta, as estimativas das receitas, bem como a fixação das despesas que totalizam R$ 15.767.227.000,00 (quinze bilhões, setecentos e sessenta e sete milhões, duzentos e vinte e sete mil reais), foram concebidas, tomando por base de atualização, dentre outros critérios avaliativos, os parâmetros macroeconômicos projetados para 2026, conforme publicação da revista FOCUS/BACEN em 03 de julho último a saber: PIB 1,99; IPCA 5,30 + e Selic de 14%.

Considerações sobre as Projeções de Receita e Despesas

A Proposta Orçamentária é uma Peça estruturada sob o princípio do equilíbrio em que se considera receita e despesa duas faces de uma mesma moeda, mantendo uma relação paritária sob a premissa de que para cada real de receita, existe uma contrapartida de igual valor na despesa.

Fiel a esse princípio, e pautada em diversos estudos e desenhos de cenários, a montagem da arquitetura orçamentária, estabelece como regra inicial, o exercício de estimativa das receitas para, em caráter posterior, se atribuir a alocação dos recursos que financiarão as despesas, procedendo-se à montagem da equação equilibrada, na observância dos condicionamentos estabelecidos de obrigatoriedade e discricionariedade do emprego e uso das fontes de recursos, assim como dos limites compulsórios e legais de gastos.

Destacam-se nas projeções das receitas, além dos indicadores macroeconômicos, impactando, principalmente, os impostos de arrecadação própria, as transferências estaduais e federais e as aplicações financeiras, como a avaliação do desempenho histórico de determinadas receitas, conjugada com a tendência do período trabalhado, a sazonalidade do fluxo de arrecadação e a expectativa de ampliação dos recursos embutido no esforço da equipe fazendária, no volume de recuperação de créditos e no dinamismo da carteira de captação de recursos nas operações de crédito e nos contratos e convênios celebrados.

Por sua vez, a fixação das despesas é pautada no desenho de cenários prospectivos, estudos comparativos com exercícios anteriores, além da variável incremento real, fomentado, principalmente, pelo arranque dos investimentos municipais. Nessa linha, busca-se preservar o montante de recursos vinculados às exigências constitucionais, seguida dos itens classificados como condição obrigatória a exemplo de pessoal, custeio básico, dívida e contrapartida de contratos e convênios. Já os investimentos são contemplados com o saldo residual, atentando-se para prover, em caráter preliminar, as intervenções prioritárias e estratégicas dos compromissos do governo com os cidadãos soteropolitanos.

Contextualizada neste perfil, a Proposta Orçamentária/2027, ora encaminhada a essa Corte Legislativa, exibe nos quadros a seguir, os resultados obtidos de Receita e Despesa, estruturados em observância à Portaria Conjunta

163 STN/SOF/2001, com suas atualizações e apresentando, em relação ao exercício de 2026, um incremento global da ordem de 5,4%, em que pese se configurar taxas diferenciadas entre as diversas categorias.

Informações da Receita

O **Quadro I,** a seguir, estrutura a receita de forma consolidada, em três macro categorias: Correntes, Capital e Intraorçamentárias. As receitas correntes, incrementadas em 8,7% em relação à proposta Orçamentária de 2026, figura com um peso participativo de 83,1% na composição total das receitas, comportando a arrecadação municipal de impostos, taxas e contribuições de melhoria em 34,4%. Já as transferências correntes, computando além do FPM e ICMS, o SUS, o FUNDEB e outras, representando 39,7% nas estimativas de 2027.

Observa-se, contudo, que as receitas de capital, embora com um valor expressivo, de R$ 2,1 bilhões, em relação ao exercício de 2026, sofreram redução na participação da categoria, passando de 16,0% para 13,4%, refletindo, principalmente, a opção da gestão em incluir nas estimativas apenas as operações de crédito já contratadas e/ou em estágio avançado de negociação, não computando iniciativas embrionárias, ainda que disponha de autorização legislativa.

Assim é que integram a presente proposta, amparando uma grade representativa de intervenções no Programa de Trabalho do Município, as operações de crédito totalizadas em R$ 1,5 bilhão, sendo de financiamentos externos R$ 1,4 bilhão, dos quais R$ 773,2 (setecentos e setenta e três milhões) em contratos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, vinculados aos projetos Salvador Capital Afro e à Reestruturação da Dívida; R$ 385,3 milhões com o Banco Mundial para financiar as ações da Saúde, Educação e Assistência Social no Programa Salvador Social 3, e aquisição de ônibus elétricos; R$ 177 milhões com o Banco de Desenvolvimento da América Latina - CAF, para conclusão do Projeto Requalificação Urbana – PROQUALI e financiar as ações do Programa de Inclusão Social e Territorial, com destaque para implantação do Teleférico.

Por sua vez, os contratos com Organismos Financeiros Internos totalizam R$ 118,9 milhões, sendo R$ 48,9 milhões com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDES, para cobertura das propostas de aquisição de ônibus convencionais e viabilizar as ações do Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos- PMAT2. Já com a Caixa Econômica Federal para aquisição de Micro-ônibus está previsto R$ 70 milhões.

Ainda em sintonia com a captação de recursos destacam-se as receitas de Transferências de Capital, totalizadas em R$ 290,9 milhões, fruto de gestões efetivadas no Governo Federal, inclusive com o apoio de parlamentares, alavancando recursos nos Ministérios para celebrar convênios e contratos que colaboram com o financiamento de várias ações no Município.

MENSAGEM Nº 11/2026

Fechando o agrupamento do **Quadro I,** temos as Receitas Intraorçamentárias, com a participação de 3,5% no total estimado, apresentando um incremento de 6,5% em relação à LOA de 2026. Esse acréscimo reflete o impacto do crescimento da despesa de pessoal, estimada sob uma base atualizada sendo projetada para o ano vindouro, considerando a perspectiva de incorporar a inflação do presente exercício.

QUADRO I

Receita Estimada

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Exercício 2027

R$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	2026 APROVADA	%	2027 ORÇADA	%
RECEITA TOTAL	**14.963.154.000**	**100,0%**	**15.767.227.000**	**100,0 %**
I- RECEITAS CORRENTES	**12.051.951.000**	**80,5%**	**13.104.494.000**	**83,1%**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.993.447.000	33,4%	5.419.687.000	34,4%
IPTU	1.182.103.000	7,9%	1.231.370.000	7,8%
ITIV	378.332.000	2,5%	368.308.000	2,3%
ISS	2.211.212.000	14,8%	2.491.583.000	15,8%
Demais Impostos, Taxas e Contr.	1.221.800.000	8,2%	1.328.426.000	8,4%
Contribuições	637.979.000	4,3%	748.247.000	4,7%
Receita Patrimonial	373.931.000	2,5%	437.002.000	2,8%
Receita Industrial	0	0,0%	0	0,0%
Receita de Serviços	33.599.000	0,2%	43.290.000	0,3%
Transferências Correntes	5.835.257.000	39,0%	6.258.765.000	39,7%
FPM	1.625.391.000	10,9%	1.739.997.000	11,0%
ICMS	860.185.000	5,7%	881.718.000	5,6%
SUS	1.233.258.000	8,2%	1.328.239.000	8,4%
FUNDEB	1.129.845.000	7,6%	1.364.084.000	8,7%
Demais Transferências Correntes	986.578.000	6,6%	944.727.000	6,0%

Outras Receitas Correntes	177.738.000	1,2%	197.503.000	1,3%
II- RECEITA DE CAPITAL	**2.394.550.000**	**16,0%**	**2.112.445.000**	**13,4%**
Operações de Crédito	1.729.740.000	11,6%	1.454.559.000	9,2%
Alienação de Bens	5.235.000	0,0%	250.303.000	1,6%
Transferências de Capital	299.575.000	2,0%	290.874.000	1,8%
Outras Receitas de Capital	360.000.000	2,4%	116.709.000	0,7%
III- RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	**516.653.000**	**3,5%**	**550.288.000**	**3,5%**
Contribuições	495.310.000	3,3%	524.309.000	3,3%
Demais Contribuições	21.343.000	0,1%	25.979.000	0,2%

Fonte: PLOA 2027

No **Quadro II,** pode-se observar a estruturação da receita por origem e fontes de aplicação. Este corte traduz, dentre outras informações, a dificuldade enfrentada pelo gestor público para o fechamento de uma proposta orçamentária, administrando o crescimento cada vez maior das despesas e as limitações da sua discricionariedade na alocação dos recursos, com o engessamento das receitas vinculadas.

Assim, verifica-se que, do montante de recursos programados para o exercício de 2027, aproximadamente 42,39% correspondem a recursos de aplicação vinculada, 0,93% referem-se a recursos de uso privativo e 56,68% constituem recursos livres para alocação, observadas as respectivas disposições legais e constitucionais.

Ressalte-se, contudo, que, do montante estimado de R$ 8,9 bilhões em recursos livres, aproximadamente R$ 2,7 bilhões, equivalentes a 30%, serão obrigatoriamente destinados,às áreas de Educação e Saúde, em observância às exigências constitucionais de aplicação mínima de recursos nessas áreas.

MENSAGEM Nº 11/2026

QUADRO II

Receitas Livres e Vinculadas

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Exercício 2027

R$ 1,00

CATEGORIA	PROPOSTA 2027	% NO TOTAL
Receita Livres do Tesouro	8.936.359.000	56,68%
Receitas do Tesouro Vinculadas	6.683.842.000	42,39%
Receita Própria da Administração Indireta	147.026.000	0,93%
TOTAL GERAL DA RECEITA	**15.767.227.000**	**100,00%**

Fonte: PLOA 2027

Informações da Despesa

O contraponto estrutural da equação orçamentária é a alocação da despesa. Nesta etapa, ressalta-se como peculiaridade do processo não só a observância dos aspectos legais que regem a matéria, como a vinculação dos gastos com fontes específicas, a escala de prioridade estabelecida às despesas obrigatórias, além da sustentação mínima necessárias aos gastos de caráter continuado identificados como o custeio operacional do gerenciamento da Administração Pública.

O Programa de Investimento por sua vez, em que pese ser viabilizado com a disponibilidade residual de recursos, conta com o apoio da receita de operações de crédito, contratos e convênios e traz como obrigatoriedade atender em caráter preliminar as ações destacadas como prioritárias no Anexo I, da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2027.

Quanto ao aspecto formal, as despesas encontram-se dispostas em três categorias de Orçamento: Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento. No Orçamento Fiscal estão todas as propostas de trabalho das secretarias e órgãos, à exceção das áreas de Saúde, Previdência e Assistência Social, que integram o Orçamento da Seguridade Social. Por sua vez, o Orçamento de Investimento abriga as intervenções da Companhia de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos de Salvador – CDEMS, reconhecida como Salvador Par, e da Companhia de Securitização de Salvador - SALSEC, ambas qualificadas como empresas públicas não dependentes.

No que diz respeito à disposição estrutural, a despesa é demonstrada na Peça Orçamentária em macroagregados e em abordagens distintas, de forma a permitir a leitura e o entendimento desse componente nos diversos segmentos,

contextualizando o orçamento na sua integralidade. Nesta perspectiva e buscando uma apreciação da proposta ora apresentada, selecionamos os quadros a seguir.

No Quadro III, a despesa é visualizada sob a ótica contábil, da descrição por categoria econômica. Neste recorte, o item Investimento, que corresponde às despesas alocadas apenas no grupo 44, totaliza, aproximadamente, R$ 1,8 bilhão, correspondendo a 11,1% do total da despesa. Contudo, se avaliarmos o investimento à luz do planejamento, que considera neste componente, toda ação que resulta em oferta de bens e serviços à sociedade, sejam elas viabilizadas por despesas correntes e/ou de capital e, por projetos e atividades finalísticas, o valor orçado com base neste conceito avança para R$ 5,7 bilhões, equivalendo a 36,2% do montante orçado. Numa perspectiva mais conservadora, tomando por base apenas os valores inerentes aos projetos que integram a proposta do PLOA/2027, o total destinado ao Investimento, ainda assim, alcança R$ 3,3 bilhões, equivalendo a 20,7%, o que é, sem dúvida, um percentual expressivo, haja vista as vinculações de reservas orçamentárias comprometidas com despesas obrigatórias.

QUADRO III A

Despesa por Categoria e Grupo de Despesa

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Exercício 2027

R$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL	% TOTAL
DESPESAS CORRENTES	**8.178.931.000**	**4.658.092.000**	**12.837.023.000**	**81,4%**
Pessoal e Encargos	3.022.218.000	2.204.221.000	5.226.439.000	33,1%
Juros e Encargos da Dívida	324.118.000	-	324.118.000	2,1%
Outras Despesas Correntes	4.832.595.000	2.453.871.000	7.286.466.000	46,2%
DESPESAS DE CAPITAL	**2.774.137.000**	**136.067.000**	**2.910.204.000**	**18,5%**
Investimentos	1.617.506.000	136.067.000	1.753.573.000	11,1%
Inversões Financeiras	234.844.000	-	234.844.000	1,5%
Amortização da Dívida	921.787.000	-	921.787.000	5,8%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**20.000.000**	**-**	**20.000.000**	**0,1%**
T O T A L	**10.973.068.000**	**4.794.159.000**	**15.767.227.000**	**100,0%**

Fonte: PLOA 2027

MENSAGEM Nº 11/2026

QUADRO III B

Despesa por Grupo Programático

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Exercício 2027

R$ 1,00

GRUPO PROGRAMÁTICO	VALOR	%
Pessoal	5.474.004.000	34,72%
Custeio	3.557.260.000	22,56%
Operações Especiais	1.016.564.000	6,45%
Investimento	5.699.399.000	36,15%
Projetos	3.257.755.000	20,66%
Atividades Finalísticas	2.441.644.000	15,49%
Reserva de Contingência	20.000.000	0,13%
TOTAL	**15.767.227.000**	**100%**

Fonte: PLOA 2027

Em que pese o indispensável zelo da Administração no monitoramento e na racionalização das despesas de custeio, é inevitável o seu crescimento. As decisões do governo de realizar obras e ampliar e/ou melhorar serviços públicos não se esgotam apenas nos investimentos. Essas iniciativas alavancam despesas com o custeio e o funcionamento dos empreendimentos realizados. Assim é que o item Outras Despesas Correntes, por onde correm os custeios administrativos e de funcionamento dos serviços, participa com 46,2% do total orçado e 56,8% da categoria corrente. Saliente-se que, do total do item Outras Despesas Correntes, é expressivo o peso da participação da Educação, Saúde e Limpeza Urbana, que representam 59,0% do montante alocado.

Outro ícone que reflete o crescimento e o dinamismo da gestão é, sem dúvida, a despesa de pessoal, com uma representatividade de 33,1% no total orçado e 40,7% da categoria corrente. Essa despesa apresenta incrementos significativos, frutos não apenas de recomposições salariais como de revisões nos planos de cargos e salários de determinadas categorias de profissionais a exemplo do magistério e da área de saúde, que vêm tendo recomposições salarial diferenciadas.

Vale salientar que, não obstante o peso dessa despesa no montante do Orçamento, os índices atingidos com base na Receita Corrente Líquida evidenciam que a gestão municipal ainda dispõe de uma margem confortável de trabalho, na medida em que os percentuais atingidos pelos Poderes Legislativo, 1,84%, e Executivo 31,37%, conforme evidencia o **Quadro IV**, encontram-se abaixo dos limites legais estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº 101/2000.

QUADRO IV

Avaliação do Limite de Despesa com Pessoal

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Exercício 2027

R$ 1,00

Poder	Limite Legal	Limite Prudencial	Valor alocado PLOA 2027	Receita Corrente Líquida	Limite atingido %
Legislativo	6%	5,70%	233.400.000	12.653.679.000	1,84%
Executivo	54%	51,30%	3.968.830.000		31,37%

Fonte: PLOA 2027

Por sua vez, o **Quadro V** traz à baila uma visão sob a perspectiva institucional, com a distribuição dos recursos agrupados por Poder, Secretaria e Órgão. Nesta configuração constata-se que na área social, estão canalizados para Saúde e Educação R$ 6,6 bilhões equivalendo a 42,0% dos recursos orçados. Este montante reflete não apenas o emprego compulsório, fruto da exigência constitucional, mas, sobretudo, a prioridade que o governo municipal vem dispensando a essas áreas, no sentido de construir o alicerce estrutural de alavancagem para ampliação e melhoria da oferta desses serviços.

Em sequência, tem-se a Secretaria Municipal de Ordem Pública, concentrando R$ 1,4 bilhão correspondendo a 8,6% do valor orçado, dos quais R$ 723,9 milhões, ou seja 58,4%, são canalizados à limpeza Urbana e R$ 284,5 milhões para iluminação pública.

Continuando, observa-se que a Secretaria Municipal de Gestão participa com R$ 1,1 bilhão, assumindo 6,9 % das despesas, sendo que os fundos previdenciários que totalizam R$ 1 bilhão, correspondem a 92% deste total. As Secretarias que concentram as intervenções de mobilidade, manutenção da cidade, meio ambiente e defesa civil totalizam 1,4 bilhão equivalendo a 8,7% das despesas. Já a Secretaria de Infraestrutura e Obras Públicas, privilegiando os contratos em

execução do conjunto arrojado de obras, incluindo-se aí muitos dos acordos celebrados com operações de crédito, participa desta Proposta com R$ 593,2 milhões. As demais, com exceção dos Encargos Gerais que detêm R$ 2,2 bilhões para arcar, prioritariamente, com os compromissos dos juros e a amortização da Dívida e a Contribuição Patronal do Plano de Saúde dos Servidores, configuram parcelas bem menos representativas.

QUADRO V

Demonstrativo da Despesa Consolidada por Órgão

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Exercício 2027

R$ 1,00

ÓRGÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL	% TOTAL
Câmara Municipal do Salvador	381.110.000	-	381.110.000	2,4%
Secretaria de Governo	128.400.000	-	128.400.000	0,8%
Gabinete do Vice Prefeitura	5.864.000	-	5.864.000	0,0%
Procuradoria Geral do Município	101.236.000	-	101.236.000	0,6%
Casa Civil	45.543.000	3.695.000	49.238.000	0,3%
Sec. Municipal da Fazenda	375.950.000	-	375.950.000	2,4%
Sec. Municipal da Saúde	-	3.371.935.000	3.371.935.000	21,4%
Sec. Municipal da Reparação	13.147.000	-	13.147.000	0,1%
Sec. Municipal de Gestão	86.717.000	1.006.146.000	1.092.863.000	6,9%
Sec. Municipal de Sustentabilidade e Resiliência	76.844.000	27.538.000	104.382.000	0,7%
Sec. Municipal da Educação	3.243.025.000	-	3.243.025.000	20,6%
Sec. Municipal de Ordem Pública	1.358.452.000	-	1.358.452.000	8,6%
Sec. Municipal de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer	62.868.000	323.398.000	386.266.000	2,4%
Sec. Municipal de Mobilidade	967.806.000	-	967.806.000	6,1%
Sec. Municipal de Cultura e Turismo	370.726.000	-	370.726.000	2,4%
Sec. Municipal de Manutenção da Cidade	291.686.000	-	291.686.000	1,8%

Sec. Municipal de Comunicação	135.737.000	-	135.737.000	0,9%
Sec. Municipal de Políticas para Mulheres, Infância e Juventude	43.721.000	61.447.000	105.168.000	0,7%
Sec. Municipal de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda	52.031.000	-	52.031.000	0,3%
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	139.658.000	-	139.658.000	0,9%
Sec. Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas	593.155.000	-	593.155.000	3,8%
Controladoria Geral do Município de Salvador	41.989.000	-	41.989.000	0,3%
Sec. Municipal de Inovação e Tecnologia	148.764.000	-	148.764.000	0,9%
Sec. Municipal de Articulação Comunitária e Prefeituras Bairro	49.598.000	-	49.598.000	0,3%
Encargos Gerais do Município	2.239.041.000	-	2.239.041.000	14,2%
Reserva de Contingência	20.000.000	-	20.000.000	0,1%
TOTAL	**10.973.068.000**	**4.794.159.000**	**15.767.227.000**	**100,0%**

Fonte: PLOA 2027

Como no agrupamento institucional, o orçamento estruturado por funções, **QUADRO VI,** confirma o peso da área social, ancorada na educação, saúde e assistência, absorvendo 44,6% do valor orçado para 2027, o que representa R$ 7,0 bilhões. Seguem-se a essas prioridades, os recursos canalizados para Urbanismo que representam 14,1% das despesas, totalizando R$ 2,2 bilhões. Esta função congrega intervenções voltadas à mobilidade urbana, saneamento, requalificação de orla, iluminação pública, estabilização de encostas e construção e reformas de equipamentos públicos. Por sua vez, a área de gestão, que ampara as funções Administração, Previdência Social, Ciência e Tecnologia e Encargos Especiais, representa 26,1% do orçamento total, com a soma aproximada de R$ 4,1 bilhões de reais.

MENSAGEM Nº 11/2026

QUADRO VI

Demonstrativo da Despesa Consolidada por Função

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Exercício 2027

R$ 1,00

FUNÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL	% TOTAL
Legislativa	432.710.000	-	432.710.000	2,7%
Judiciária	100.536.000	-	100.536.000	0,6%
Administração	1.252.678.000	-	1.252.678.000	7,9%
Segurança Pública	172.047.000		172.047.000	1,1%
Assistência Social	-	388.383.000	388.383.000	2,5%
Previdência Social	-	1.006.146.000	1.006.146.000	6,4%
Saúde		3.399.630.000	3.399.630.000	21,6%
Trabalho	56.231.000	-	56.231.000	0,4%
Educação	3.243.025.000	-	3.243.025.000	20,6%
Cultura	183.608.000	-	183.608.000	1,2%
Direitos da Cidadania	74.432.000	-	74.432.000	0,5%
Urbanismo	2.216.278.000	-	2.216.278.000	14,1%
Habitação	92.783.000	-	92.783.000	0,6%
Saneamento	30.607.000	-	30.607.000	0,2%
Gestão Ambiental	52.302.000	-	52.302.000	0,3%
Ciência e Tecnologia	148.949.000	-	148.949.000	0,9%
Agricultura	1.400.000	-	1.400.000	0,0%
Indústria	42.373.000	-	42.373.000	0,3%
Comércio e Serviços	208.085.000	-	208.085.000	1,3%
Comunicações	135.677.000	-	135.677.000	0,9%
Transporte	707.133.000	-	707.133.000	4,5%
Desporto e Lazer	87.248.000	-	87.248.000	0,6%

Encargos Especiais	1.714.966.000	-	1.714.966.000	10,9%
Reserva de Contingência	20.000.000	-	20.000.000	0,1%
TOTAL	**10.973.068.000**	**4.794.159.000**	**15.767.227.000**	**100,0%**

Fonte: PLOA 2027

Considerações sobre o Programa de Trabalho

Com a convicção de que o Orçamento é a peça executiva do planejamento governamental, o destaque analítico dos cortes orçamentários, construídos sob a égide das balizas legais, econômicas e operacionais até então efetivados, não esgota a transparência almejada para a análise deste documento, sendo portanto, imprescindível, agregar informações sobre o Programa de Trabalho proposto para 2027, ancorado em projetos e atividades finalísticas, de forma a municiar a sociedade de elementos para avaliação do que foi proposto pelo governo e o que vem sendo possível oferecer, preservando o equilíbrio fiscal na conjuntura dos recursos disponíveis.

Neste contexto, e considerando que o esforço da estimativa de receita é sempre insuficiente para suprir as demandas de uma sociedade carente, que padece de problemas econômicos e sociais graves e que urgem soluções rápidas e eficientes, ao tempo em que administra a imperiosa necessidade de promover avanços na capital baiana para inseri-la no circuito desejável de crescimento, desenvolvimento e modernidade, tem sido um desafio sem igual, ainda que gratificante, na medida em que olhando o retrovisor do tempo, podemos, com orgulho, contabilizar o quanto já foi feito e a confirmação de que estamos na trilha certa para construção da metrópole soteropolitana almejada.

Nesta direção, o Executivo Municipal, no orçamento de 2027, amparado em onze Programas Finalísticos do Plano Plurianual 2026-2029, propõe investir R$ 5,7 bilhões de reais para implementar ações que resultem na entrega de bens e serviços à sociedade, sejam elas viabilizadas por projetos ou por atividades voltadas ao atendimento de finalidades específicas no cumprimento da função do governo.

No bojo das intervenções de 2027, a área social, mobilizando R$ 2,3 bilhões de reais, desponta no ranking das prioridades, absorvendo 40,9% dos recursos para viabilizar ações focadas em Educação, Saúde e Assistência Social básica, especial, atenção ao idoso, à pessoal com deficiência, à criança e adolescentes.

A educação que consumiu R$ 3,2 bilhões do orçamento, canalizou para o seu Programa de Investimento, R$ 628,9 milhões, haja vista que 80,6% dos recursos alocados, sustentam o peso operacional dessa atividade.

MENSAGEM Nº 11/2026

Na ótica do investimento, destaca-se a ampliação e melhoria da rede de ensino, onde o Município vem priorizando atender mais e melhor à demanda reprimida de vagas, prevalecendo-se, inclusive, da estratégia de compra de vagas na rede particular, através do projeto Pé na Escola, e ampliando parcerias com escolas comunitárias, filantrópicas e confessionais para suprir, tanto quanto possível, o atendimento da procura do serviço educacional, como a ampliação da rede e prevalecendo-se dessas alternativas, para 2027, serão disponibilizadas 43.612 vagas, em Creche e Pré -Escola.

Para o próximo exercício, mobilizando recursos da ordem de R$ 125,1 milhões, está prevista a construção, recuperação e reforma de 16 Unidades de Ensino, das quais 12 Escolas de Ensino Fundamental e 04 Centros de Educação Infantil - CMEI. Este investimento permitirá não só ampliar o atendimento da demanda por vagas represadas, como oferecer melhores condições de instalações para os alunos da rede.

O esforço do governo não se esgota apenas na cobertura do atendimento. A oferta de educação integral associada à melhoria da qualidade do ensino são bandeiras sustentadas pela Administração que prevê ampliar o benefício da educação em tempo integral para 10.321 alunos e intensificar o monitoramento do aprendizado em classes especializadas.

Paralelamente serão fortalecidas as estratégias de acompanhamento e intervenção voltadas à regularização do fluxo escolar, com o objetivo de promover a correção idade-série e assegurar a permanência e o adequado desenvolvimento dos estudantes na trajetória escolar.

Considere-se também, atento à nova ordem mundial, a importância da gestão pedagógica digital, em toda a rede de ensino, ampliando o uso de tecnologias educacionais e preparando os alunos para os desafios das demandas da sociedade contemporânea.

Ainda voltado à qualidade do ensino, destacam-se não só o contínuo aperfeiçoamento dos profissionais de educação, como a iniciativa de promover a regionalização da gestão educacional na busca efetiva de melhores resultados.

A Saúde, por sua vez, engajada no princípio do alcance universal na prestação dos serviços, permanece envidando esforços na ampliação do atendimento da Atenção Básica, perseguindo a meta de cobertura de 70% prevista para alcance em 2027. Atualmente o município conta com uma cobertura de 62,6% e com a construção e reforma de mais 05 Unidades Básicas de Saúde/Unidades de Saúde da Família, permitindo a ampliação desses serviços, com certeza o desafio estabelecido para 2027 será alcançado.

Com a demanda crescente de cuidados especializados, principalmente na área de saúde mental, a SMS pretende expandir e qualificar a assistência às

pessoas com transtornos mentais através da ampliação e requalificação da rede de Atenção Psicossocial com mais 02 unidades – contemplando a população situada na Cidade Baixa e na região de Pau da Lima. Com mais essa unidades, esse serviço em Salvador contará com 18 pontos de atendimento, perseguindo a meta de cobertura ampla e redução progressiva da demanda reprimida.

Com foco na atenção especializada, através dos Multicentros de Saúde assim como a Rede de Urgência e Emergência, a opção para o próximo exercício é buscar fortalecer a capacidade de atendimento da Rede existente, investindo na melhoria dos serviços, com o aparelhamento das unidades e ampliação da equipe de profissionais, além do funcionamento pleno dos hospitais como a Maternidade e o Hospital da Criança, recém inaugurado, disponibilizando 200 leitos de internamento, e com assistência integral, resolutiva e de qualidade no Pré-Natal, além do funcionamento pleno dos dois outros hospitais, o municipal e o do homem, este com serviços especializados em hemodiálise. Agregue-se a essas iniciativas a atenção dispensada pelo Município na questão sanitária, ambiental e saúde do trabalhador ampliando o atendimento com mais uma unidade de Vigilância em Saúde, na cobertura da região Barra/Pituba.

Por sua vez o compromisso com a saúde humana, não negligenciou a atuação do governo municipal com a proteção e o trato adequado da saúde animal. Assim é que a gestão dessa atividade fortemente amparada pelo hospital veterinário em Canabrava, que realiza em torno de 15.000 procedimentos mês, envolvendo, dentre outros, o atendimento ambulatorial, exames de imagem e laboratório, internamento e cirurgias, tem seu alcance ampliado, através da rede parceira de clínicas, ONGS e Associações que militam na assistência clínica, guarda e proteção de animais. Hoje, na capital o Município através desta rede realiza aproximadamente 9.000 atendimentos veterinários.

Outro aspecto relevante no segmento saúde do cidadão soteropolitano é a preocupação do governo em atuar de forma preventiva, investindo no esporte e lazer, convicto de que essas atividades funcionam como componentes terapêuticos, evitando ou mesmo colaborando no trato das doenças e comorbidades que afetam a população.

Nesta direção, além da conclusão do complexo esportivo, de porte nacional e internacional, a Arena Multiuso, situada na Boca do Rio, cuja proposta é funcionar como um equipamento de lazer, para viabilizar competições esportivas, espetáculos musicais e teatrais, encontros tecnológicos dentre outros eventos, a proposta de 2027 prepara com glamour a cidade para abrigar jogos da Copa do Mundo Feminina, contemplando mais um equipamento de esporte e lazer e implantação de mais quatro academias populares.

Ainda na área social, dentre inúmeras intervenções, merece destaque o suporte assistencial que o governo vem dispensando às questões que afetam as camadas da população menos favorecidas e em situação de vulnerabilidade e risco social, como a atuação focada no resgate à cidadania envolvendo questões de

equidade de gênero, combate ao racismo, fortalecimento de ações de reparação, atenção a pessoas idosas e portadoras de necessidades especiais. Para o próximo exercício, foram destinados R$ 208,9 milhões que serão aplicados na vertente assistencial dentre outras intervenções, no atendimento à proteção básica e especial, assim como na revitalização de 03 Centros de Convivências Socioassistenciais - CCSs; na Construção de 10 Equipamentos Socioassistenciais e na implantação, na Prefeitura-Bairro de Liberdade - São Caetano, de um equipamento, multifacetário, o CONVIVE, com a proposta ampla e integrada de restabelecer, ao convívio social, jovens e adultos usuários de substâncias psicoativas.

Para maior consistência, o governo propõe, também, a implantação, no próximo exercício, de mais um restaurante popular, iniciativa de sucesso que tem registrado elevada aceitação, principalmente junto à população de baixa renda; a assistência e inclusão das pessoas idosas e portadoras de deficiência, através dos projetos Salvador 60+ e Salvador Inclusiva; assim como iniciativas voltadas à redução das desigualdades históricas, sociais, econômicas e culturais, que se verificam, tanto nas relações de gênero e raça.

Nessa linha, a Proposta Orçamentária prevê assistir e proteger a mulher em condições de vulnerabilidade, oferecendo apoio institucional não só com o funcionamento da Casa da Mulher Brasileira, como implantando um novo Centro de Referência de Atenção à Mulher e 05 Casas Recomeço cuja proposta é de abrigar mulheres vítimas de violência doméstica. Ainda neste segmento propõe-se atuar no empoderamento feminino, capacitando e formando mulheres empreendedoras, na busca de fortalecer a capacidade de geração de renda dessa clientela. Em 2027, está previsto atender, nessa linha, aproximadamente, 1.700 mulheres.

Em relação à população negra, propõe-se fortalecer a rede institucional de combate ao racismo e a intolerância religiosa, estendendo a todos os órgãos a implantação desse programa, assim como a implementação de ações dirigidas às comunidades quilombolas, além da preservação da matriz africana, com os projetos específicos de melhoria e fortalecimento dos terreiros e dos blocos afros.

Em outro giro, entende-se que para preparar a cidade nos padrões de metrópole contemporânea, não se pode perder de vista questões que envolvem mobilidade, infraestrutura, ordenamento e sustentabilidade urbana.

Assim, preocupado com a segurança, conforto e fluidez da mobilidade soteropolitana, o programa de trabalho proposto para 2027, prevê investir R$ 810,5 milhões de reais, canalizados para melhoria da trafegabilidade, com a implantação de 3 Km de novas vias, requalificação e repavimentação de 53 Km, realização de obras de conexão viária e construção e requalificação de 07 passarelas. Já na segurança e conforto dos usuários do transporte coletivo, será investido, com a renovação da frota, R$ 295,2 milhões, para aquisição de mais 40 ônibus elétricos e 70 convencionais.

MENSAGEM Nº 11/2026

A melhoria da frota conta, com recursos da ordem de R$ 208,8 milhões originário de operação de crédito celebradas sendo R$ 183,8 milhões com Banco Mundial para aquisição dos ônibus elétricos e R$ 25,0 milhões com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES, para os ônibus convencionais. Some-se a isso a modernização e requalificação de 250 equipamentos modernizados e requalificados, promovendo suporte à mobilidade urbana, além das iniciativas de disciplina do trânsito com a sinalização adequada, monitoramento do fluxo e controle de velocidade.

Outro projeto que merece destaque nessa linha é, sem dúvida, a implantação do Teleférico do Mané Dendê, uma das propostas que integra o Programa de Inclusão Social e Territorial, financiado pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina - CAF, e cuja proposta envolve recursos de aproximadamente R$ 157,0 milhões, com uma meta de ser implementado em 35% no próximo exercício.

Em relação às questões afetas à urbanidade, que integram esta proposta no Programa de Governo – Requalificação Urbana: Espaços Urbanos e Acolhedores, será destinado, em 2027, para sua viabilização, um aporte de recursos da ordem de R$ 537,8 milhões.

Vale salientar que dentre o vasto elenco de iniciativas programadas, seleciona-se as intervenções voltadas à implantação e requalificação de espaço públicos que trazem embelezamento à cidade e proporcionam desfrute coletivo a exemplo das praças, rotas verdes planejadas e jardins; a requalificação de áreas degradadas e moradias, a conservação de vias e espaços público, o saneamento básico e encostas em áreas de riscos. Para tal pode-se constatar que o Programa de Trabalho do presente PLOA prevê a construção e requalificação de 45.000 metros quadrados de praças com um custo global, estimado em R$ 18,1 milhões, a que se somam as intervenções complementares de paisagismo, passeios e equipamentos, alcançando o montante de R$ 57,1 milhões de reais. No quesito habitação, a proposta é viabilizar novas unidades habitacionais para beneficiar 1.000 famílias; requalificar 3.000 moradias restabelecendo as condições dignas a seus habitantes e promover a regularização de 7.500 imóveis, além da construção de um conjunto habitacional em Pau da Lima. Para tanto, foram reservados R$ 59,1 milhões.

Ao saneamento básico, que prevê a realização de 80 mil metros de micro drenagem, com limpeza e desobstrução de canais, e 20 Km de macro drenagem em vias públicas, foram reservados R$ 37,1 milhões. Soma-se, ainda nesta linha os projetos de Revitalização da Bacia do Camarajipe, e a Requalificação Urbana nas Comunidades Canabrava e Vila Mar em estágio de elaboração. Quanto à conservação e requalificação da malha viária, contando com R$ 55,0 milhões, está previsto intervir em 250 Km, além de 280 mil metros quadrados na orla marítima.

Outro foco de atenção, refere-se ao restabelecimento de áreas degradadas, com a implementação de projetos estruturantes, a exemplo do que foi realizado na Bacia do Mané Dendê. A proposta de 2027 é dar continuidade às obras de intervenção na Comunidade Pé Preto, beneficiando 94 famílias, tendo como prioridade as obras de requalificação urbana e habitação. Para essa iniciativa, encontram-se reservados R$ 48,2 milhões.

Ainda neste Programa, merece destaque a atenção que o governo municipal vem dispensando à questão de segurança das comunidades que habitam em áreas de elevada vulnerabilidade, com riscos de deslizamentos. Para tanto, e em continuidade ao que já vem sendo realizado, pretende-se trabalhar, em 2027, com R$ 59,0 milhões, que se destinam à estabilização de 15 encostas e aplicação de geomantas em 20 áreas de risco da cidade.

Por sua vez, as ações que estão dirigidas ao ordenamento urbano, segurança e zeladoria da capital, integrantes do Programa: Salvador Minha, Sua e de Todos: Modelo de Ordenamento Urbano Público, envolvem recursos da ordem de R$ 291,2 milhões dos quais R$ 284,5 destinados à iluminação pública. Agregue-se a esses componentes de ordenamento e zeladoria, a limpeza urbana, com uma previsão orçamentária de R$ 723,9 milhões que embora seja tratada sob a ótica do custeio, para manutenção da cidade, alinha-se perfeitamente a esses propósitos o que faz elevar os compromissos deste Programa de Governo ao teto de mais de R$ 1 bilhão de reais.

Não obstante as questões já evidenciadas, a aceleração e o desenvolvimento econômico de Salvador são, sem dúvida, outros grandes desafios, na medida em que, se por um lado o salto de competitividade da metrópole que idealizamos e estamos construindo urge decisões estruturantes que venham promover e fortalecer o desenvolvimento da base econômica, por outro lado, exige do poder público, adotar decisões imperativas que promovam a redução da pobreza e assegure as condições dignas de sobrevivência de sua população.

Essa luta ambígua que travamos na nossa capital, vem requerer um olhar de atuação sistêmica, orquestrada em várias direções, no intuito de mitigar gradativamente os efeitos perversos da pobreza, sem perder de vista os compromissos com a meta de aceleração do crescimento.

Neste sentido, a geração de renda especialmente para a população em situação de maior vulnerabilidade, tem constituído propósito desta gestão, que adotou, como uma das principais bandeiras de seu governo o Programa Treinar para Empregar, admitindo a crença de que a construção de renda não gera apenas riqueza, mas estabelece a dignidade do cidadão.

Nesta perspectiva a proposta de 2027, canaliza R$ 25,4 milhões para projetos de capacitação e qualificação profissional, alcançando os segmentos de jovens aprendizes, como a clientela de trabalhadores em busca de oportunidades

no mercado ou mesmo a clientela mais vulnerável que até então vem sendo tratada apenas na perspectiva assistencial. Para essa última camada, o governo protagoniza o Programa Vida Nova Empregabilidade, propondo, em parceria com empresas, capacitar e empregar 250 pessoas no próximo exercício.

Perseguindo a meta de atingir em 2027 o estoque de 750 mil empregos formais regidos pela CLT, com o objetivo, inclusive, de estruturar um ambiente de negócio favorável, capaz de atrair novos investimentos privados, está previsto para o próximo exercício qualificar 30 mil trabalhadores. Some-se a essa ciranda de impulsionamento da dinâmica produtiva, a atuação do governo voltado à melhoria do ambiente de negócios com iniciativas de desburocratização para implantação de empresas, fortalecendo o empreendedorismo e buscando atrair novos investimento para impulsionar a economia. A soma dessas intervenções absorve R$ 43,4 milhões do orçamento vindouro.

Preparar a nossa capital com a lente no futuro e conectado com as exigências impostas pela ordem mundial, significa que, o aspecto de sustentabilidade ambiental assim como o provimento das ferramentas digitais, figuram com importância fundamental para eficiência e eficácia do planejamento e da gestão da cidade. Nesta perspectiva, é que a nossa administração vem dispensado cuidados especiais ao traçado e a sustentação ecológica de Salvador, além do aparelhamento da administração municipal do funcionamento da cidade na perspectiva digital, no sentido de auferir melhores resultados com agilidade e precisão.

Atenta a essas questões, e, totalmente inserido no movimento nacional de governança climática, a atual gestão, vem trabalhando no sentido de instituir o sistema de Orçamento Climático, para monitorar e avaliar a gestão transversal deste componente, buscando avanços sucessivos para melhorar o desempenho municipal. Em 2027, através do Programa Salvador - Cidade Inovadora, Moderna e Sustentável que mobiliza recursos da ordem de R$ 58,3 milhões, propõe-se investir nesta linha, R$ 17,5 milhões com a Revitalização de Parques e Hortos; Renaturalização de Espaços Urbanos; Hortas Comunitárias; Ampliação da Cobertura de Arborização da cidade através do Projeto de Corredores e Rotas Verdes; Implementação dos Planos de Resiliência e de Mitigação e Adaptação às mudanças climáticas além da implementação da política de trato e reciclagem dos resíduos sólidos.

Já na vertente digital é reservado no PLOA R$ 40,8 milhões para serem empregados na ampliação da infraestrutura tecnológica e na integração das bases que operam no Município; na implementação de propostas inovadoras e na busca da conectividade do cidadão soteropolitano com essas propostas digitais, além da expansão da rede de infovias e da implantação definitiva do Centro de Comando de Operações do Município - CCO, centralizando neste, o acompanhamento e a supervisão da gestão da capital.

MENSAGEM Nº 11/2026

Como referências no contexto nacional e internacional, a cultura e o turismo na capital baiana, vem, ao longo dessas últimas gestões, consistindo em um dos ícones potencializadores da economia soteropolitana.

Vale ressaltar que essas atividades que guardam uma estreita correlação, têm como peculiaridade um forte traço da matriz africana, característica essa que constitui uma marca diferencial em nossa cidade, e que tem favorecido na definição do destino turístico pelos visitantes nacionais e internacionais. Com essa vocação e entendendo ser esta uma oportunidade especialmente econômica, a prefeitura, ao longo dos últimos anos vem investindo cada vez mais na melhoria e visibilidade desses segmentos, sem perder de vista a preocupação de preservar os valores, a identidade e o senso de pertencimento cultural da capital baiana.

Neste sentido, e dispondo de uma robusta proposta de trabalho a ser executada pela atual gestão, que conta com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no total de R$ 349,2 milhões, dos quais R$ 74,8 milhões para serem empregados em 2027, a presente Peça Orçamentária, no Programa Salvador: Berço da Cultura e Capital do Turismo, contempla um conjunto de intervenções, que somam recursos da ordem de R$ 295,6 milhões.

Contando o turismo com o projeto Salvador Capital Afro, financiado pelo BID, cujo o foco prioritário é apoiar a população negra com intervenções sócio econômicas, para 2027 essa linha de crédito atuará em várias iniciativas, com destaque para as ações de capacitação de empreendedores negros, a revitalização de 40 unidades no centro histórico para atender, de forma compartilhada, os segmentos de habitação e comércio e a implantação de um Centro Cultural Afro Atlântico. Já em fase de conclusão

Destaca-se desse conjunto, também a conclusão e entrega do Complexo da Cidade da Música, um espaço que vai ganhar dois novos atrativos: a Escola de Música e Arte Letieres Leite, recentemente inaugurada, para formação de talentos e uma Casa de Espetáculos com calendário periódico, reforçando a importância do equipamento. A finalização dessa obra prevê recursos da ordem de R$20 milhões e integra as intervenções financiadas pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina- CAF. Ressalte-se ainda nesta ótica turística empreendedora, financiado com recursos do tesouro, a realização da Regata Náutica Internacional Transat, cuja expectativa é de fomentar não só a atividade turística, como dinamizar a economia e promover atrações de novos investimentos.

Somem-se a essas iniciativas as programações artístico-culturais, materializadas no calendário de festas populares tendo como expoentes o Carnaval e o Réveillon; os eventos nos territórios das 10 Prefeituras-Bairro viabilizados pelo Projeto Boca de Brasa, onde será empregado mais de R$ 10 milhões de recursos próprios e oriundos da Lei Aldir Blanc; o fomento à produção cinematográfica além da preservação de monumentos históricos e espaços culturais.

MENSAGEM Nº 11/2026

Não se pode omitir de que um programa de trabalho dessa envergadura, sustentado ao longo de toda nossa gestão, só vem sendo possível realizar porque trabalhamos com uma estratégia de modelo operacional, sustentado na transparência, na administração criativa e operosa, no planejamento, na disciplina e qualidade do gasto, bem como na eficiência e responsabilidade fiscal, tornando possível governar de forma eficiente e eficaz, num cenário de recursos limitados e de incertezas, buscando honrar com os compromissos, e atender, tanto quanto possível, os anseios da sociedade. As iniciativas que traduzem o esforço da gestão na busca de sua excelência estão amparadas no Programa de Governo Gestão Pública Moderna, Planejada, Transparente e Equilibrada, complementado por alguns destaques da Administração do Executivo Municipal.

Por fim, Senhor Presidente, na expectativa de termos disponibilizado a essa Casa Legislativa, os subsídios necessários à apreciação e análise da Proposta Orçamentária para o exercício 2027, alicerçada nos fundamentos legais e nos critérios da racionalidade, excelência, equilíbrio e eficiência fiscal, traduzindo o comprometimento da gestão com o salto de crescimento da cidade, aproveito para expressar mais uma vez à Vossa Excelência e aos seus dignos pares, o reconhecimento ao apoio e à contribuição que a Administração tem recebido na tramitação legislativa de todas as nossas proposições, o que bem reflete a sintonia entre os Poderes no esforço comum de oferecer o melhor para o município e a sociedade soteropolitana.

Atenciosamente,

BRUNO SOARES REIS
Prefeito